



# DIREITO DO TRABALHO



**Estratégia**  
OAB

## **3º SIMULADO DE 2ª FASE COM CORREÇÃO EM VÍDEO - DIREITO DO TRABALHO**

Olá, pessoal.

Sejam bem-vindos ao nosso terceiro simulado com correção em vídeo da 2ª Fase da OAB.

Neste momento, você deve se colocar em treino em situação semelhante a que você se deparará no dia da prova.

Desta forma, já se organize para treinar por cinco hora, tempo que terá disponível também no grande dia.

Lembre-se que a correção do simulado acontecerá no Youtube do Estratégia OAB às 14h.

**Logo, ainda não será o momento de me enviar o simulado para correção.**

O vídeo ficará disponível para que possa assistir quando tiver disponibilidade, e sem qualquer prejuízo.

O PDF com o gabarito deverá ser disponibilizado na sua área do aluno, conforme cronograma, no dia 10/04.

Então, vamos ao treino.

Bons estudos,

Prof.ª Priscila Ferreira

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A empresa “Moda Star” LTDA. foi condenada, em sede de Reclamação Trabalhista, proposta por Maria Marruá, pelo rito ordinário, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de Guarujá/SP. A sentença transitou em julgado, nos seguintes termos: “Isto posto, julgo procedente o pedido, para condenar a reclamada a pagar a reclamante o que se apurar em regular liquidação de sentença, a título de décimo terceiro vencido dos anos de 2011 e 2012; férias vencidas acrescidas do terço constitucional; e, 02 (duas) horas extras diárias e respectivos reflexos”. Iniciada a fase de execução, as partes foram intimadas para apresentar cálculos. Ambas apresentaram suas contas, tendo o juiz homologado os cálculos apresentados pela reclamante no importe de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

No entanto, é válido ressaltar que a reclamada já enfrentava uma séria crise financeira desde que foi notificada da ação trabalhista e, sem alternativa para reestabelecer sua grave situação, a proprietária da executada, Maria Jerusa, encerrou as atividades da empresa e mudou-se para uma pequena propriedade de 2 hectares, no interior de São Paulo, que recebeu como herança de seus genitores.

Na referida propriedade, Maria Jerusa e seus cinco filhos cultivam hortaliças para consumo próprio, o que vem garantindo, desde então, o sustento da família.

Assim, sem condições de pagar seu débito, a executada foi citada para o pagamento, quedando-se inerte. A exequente não logrou êxito em localizar bens da empresa para satisfazer a execução e, em vista disso, deixou o processo parado, sem cumprir a determinação de indicar bens para satisfação do seu crédito.

Três anos depois, a exequente pleiteou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, o que restou deferido pelo juiz, após o regular trâmite processual, e resultando na penhora de numerários na conta bancária da proprietária da empresa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O magistrado determinou, ainda, a penhora do “sítio” no qual Maria Jerusa atualmente habita, avaliado em R\$70.000,00 (setenta mil reais), para pagamento do débito apurado na Reclamação Trabalhista. Em cumprimento à ordem judicial, o oficial de justiça entregou à Maria Jerusa cópia do mandado de Citação, Penhora e Avaliação, no domingo, às 4 horas da manhã, quando a família se preparava para o trabalho na lavoura, inexistindo autorização judicial expressa para o referido cumprimento do mandado.

**Considerando que a Senhora Maria Jerusa lhe procura como advogado, apresente a medida judicial apta a defender os interesses de sua cliente. Neste sentido, ressalta-se que Maria Jerusa lhe informou sobre o fato de os numerários penhorados em sua conta bancária serem correspondes a valores provenientes de sua aposentadoria, conforme prova documental apresentada.**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	

82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	

109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	

<b>136</b>	
<b>137</b>	
<b>138</b>	
<b>139</b>	
<b>140</b>	
<b>141</b>	
<b>142</b>	
<b>143</b>	
<b>144</b>	
<b>145</b>	
<b>146</b>	
<b>147</b>	
<b>148</b>	
<b>149</b>	
<b>150</b>	

## QUESTÃO DISCURSIVA 01

Mohamed e Ana Clara são casados no regime de comunhão parcial de bens. Quando se casaram, ambos tinham cada um, um apartamento na Praia, ela tinha em Santos e ele no Guarujá. Com o casamento, foram morar juntos em um bairro nobre da cidade de São Paulo. Com o advento da crise econômica, Mohamed resolveu vender seu apartamento do Guarujá, mantendo, assim, somente o apartamento de Ana Clara em Santos. Num certo dia, Ana Clara foi notificada de que seu apartamento de Santos havia sido penhorado para garantir a execução trabalhista que um dos empregados da empresa de Mohamed movia contra ele. A penhora foi determinada de ofício pelo magistrado. Ao conversar com Mohamed, Ana Clara ficou sabendo que de fato havia um processo trabalhista, mas que o Advogado de Mohamed iria entrar em contato com o Advogado do reclamante para tentar um acordo.

**Diante disso, responda aos itens a seguir.**

**A) Qual a medida processual cabível/adequada que Ana Clara poderá se utilizar para contestar a penhora do seu apartamento da praia? (Valor: 0,65)**

**B) A Justiça do Trabalho aceita o parcelamento do débito, na fase de execução? (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

<b>16</b>	
<b>17</b>	
<b>18</b>	
<b>19</b>	
<b>20</b>	
<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	

## QUESTÃO DISCURSIVA 02

Júlio promoveu reclamação trabalhista em face de seu antigo empregador. Um dos principais pedidos de Júlio na exordial foi o reconhecimento da insalubridade, bem como o recebimento do devido adicional. No entanto, Júlio teve conhecimento de que a empresa irá passar por grandes reformas, o que, inevitavelmente, irá prejudicar a realização da perícia, agendada para ocorrer daqui a um ano. Ademais, o autor juntou cópia não autenticada da convenção coletiva que fixa os percentuais de adicional de insalubridade 80%, 40% e 20%, conforme os graus máximo, médio e mínimo de risco.

**Diante disso, responda aos itens a seguir.**

**a) No caso em tela, o que você como advogado(a) de Júlio, faria para evitar que a prova pericial seja prejudicada pela tal reforma da empresa? (Valor: 0,65)**

**b) O fato de a cópia da convenção coletiva não estar autenticada afeta seu valor probante? (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

<b>18</b>	
<b>19</b>	
<b>20</b>	
<b>21</b>	
<b>22</b>	
<b>23</b>	
<b>24</b>	
<b>25</b>	
<b>26</b>	
<b>27</b>	
<b>28</b>	
<b>29</b>	
<b>30</b>	

## QUESTÃO DISCURSIVA 03

Sr. Bial, pessoa com deficiência, foi contratado para exercer a função de repositor de alimentos no Supermercado “Alimento Certo” LTDA., em 18/11/2020, recebendo como salário a quantia de R\$ 1.880,00. A referida contratação se deu para o preenchimento parcial dos cargos com pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, já que a empresa contava atualmente com 205 empregados. As funções exercidas eram compatíveis com a deficiência que o Sr. Bial apresentava. Em 03/12/2021, o empregado foi dispensado sem justa causa, tendo recebido todas as verbas rescisórias a que fazia jus, e dentro do prazo legal.

Inconformado, o ex-empregado ajuizou reclamatória trabalhista em face do supermercado, pleiteando reintegração ao emprego, argumentando que, diante de sua condição, não poderia ser injustamente dispensado.

Considerando a situação hipotética supra, bem como, que não houve contratação de outro empregado com deficiência nas mesmas condições, responda de forma fundamentada:

- a) A sentença deverá acolher o pedido de reintegração formulado por Sr. Bial? (Valor: 0,65)
- b) A reserva de cargos destinada a pessoas com deficiência, nas condições retratadas no enunciado, poderá ser preenchida por aprendiz com deficiência? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO DISCURSIVA 04

Melina sofreu acidente do trabalho na linha de produção da empresa Motores S.A., por ter sido atingida por uma correia que se desprendeu do maquinário que operava, ocasionando seu afastamento do trabalho por 4 meses e a redução da sua capacidade laborativa em 12,5%, confirmada em perícia do INSS.

**Diante do exposto, responda:**

**Caso Melina judicialmente pleiteie indenização em virtude da redução da capacidade laborativa, quais são as formas de pagamento previstas no ordenamento jurídico? Justifique. (Valor: 1,25)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Sucesso,**

**Prof.<sup>a</sup> Priscila Ferreira.**